

MINAS COLONIAL: NA FRONTEIRA DA HISTÓRIA

Cotidiano e solidariedade: Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais do século XVIII. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994, de Julita Scarano

Iris Kantor*

O estudo da historiadora Julita Scarano sobre a vida da população negra em Minas Gerais durante o século XVIII, publicado recentemente pela Editora Brasiliense, inscreve-se na corrente de trabalhos históricos que procuram ultrapassar as fronteiras disciplinares. Daí o interesse da obra para os sociólogos e antropólogos de forma geral.

Vale lembrar que o livro de Julita Scarano *Devoção e escravidão*, publicado na coleção *Brasiliense*¹, é uma obra fundamental para a historiografia de Minas Gerais. Esta monografia foi o resultado de sua pesquisa de doutorado defendida na USP sob a orientação Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de um estudo em profundidade sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

dos Pretos no distrito Diamantino no século XVIII, onde penetramos num mundo regido por intensa sociabilidade produzida pela vida associativa religiosa característica do setecentismo colonial brasileiro, e particularmente do mineiro. Na capitania de Minas Gerais, devido a uma circunstância histórica, a sistemática proibição, pela metrópole, da atividade do clero regular na região, configurou-se uma prática católica essencialmente laica, pois foram criadas condições para a proliferação de irmandades e ordens terceiras leigas. Cabe destacar o aspecto pioneiro desse estudo sobre a vida social de uma irmandade de homens negros, já que nos últimos anos as irmandades coloniais têm sido

* Mestranda em História Social - FFLCH-USP. Professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

¹ Julita Scarano. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII.* Cia. Editora Nacional, coleção *Brasiliense* n. 357, 1978.



objeto de inúmeras pesquisas e discussões entre os historiadores².

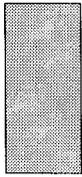
Cotidiano e solidariedade é produto de extensa pesquisa em arquivos e bibliotecas brasileiras e portuguesas. Utilizando uma documentação variada – cartas e ordens régias, maços de população, matrículas de escravos, contas do erário régio, listas de compras, rol de pagamentos e devassas –, a autora perseguiu os rastros da vida cotidiana das populações negras em documentos essencialmente oficiais, pois emanados das autoridades locais e lisboetas. Apesar de considerar escassos os relatos da vida cotidiana, no que diz respeito à reconstrução mais detalhada das moradas, dos objetos de uso e dos hábitos dessas populações, ela ensaia um cruzamento interessante entre diversos tipos de fontes (instruções de governantes, memórias, viajantes); fontes que, no entanto, como ela mesmo alerta, estão contaminadas pelos interesses do fisco e pelas questões do mando na capitania.

Apontando a ausência de documentação mais descritiva, Julita Scarano observa que é mais fácil encontrar pormenores a respeito de cavalos do que dados relativos às populações marginalizadas (p. 96). Circunstância que nos obriga a ler a documentação a contrapelo.

² Sobre irmandades mineiras há o estudo clássico e pioneiro de Fritz Teixeira de Salles, *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1963. Também deve-se consultar os trabalhos de Caio César Boschi, *Os leigos e o poder*. São Paulo, Editora Ática, 1986; a tese ainda inédita de Marco Magalhães de Aguiar, *Vila Rica dos confrades*. Mestrado defendido na FFLCH-USP, 1993.

Sugerida pelo título da obra, a perspectiva antropológica e sociológica soma-se ao conhecimento da história do período, compondo um tratamento original do material levantado nos documentos. Assim, os recortes incidem sobre as práticas cotidianas das populações negras mineiras setecentistas. Aspectos da vida diária, como a alimentação, a moradia, o vestuário, a saúde e os nichos de sobrevivência que escapavam ao controle das camadas dirigentes, foram abordados em nove capítulos não muito extensos. Quatro deles dedicam-se ao problema da alimentação das populações escravas e pobres, às preferências de consumo, aos modos de produção e fruição das comidas e aos atributos terapêuticos de certos alimentos.

Trata-se de uma questão crucial na historiografia da escravidão brasileira, pois a alimentação dos escravos, de modo geral, não era prevista pelos senhores, em função da contínua reposição dos contingentes e dos preços elevadíssimos dos alimentos. As despesas com gêneros de primeira necessidade eram, em muitas conjunturas, maiores do que os gastos com vestuário, moradia e equipamentos. Os proprietários de escravos costumavam permitir que os seus escravos usassem os dias santos e feriados para trabalhar na roça e caçar animais de pequeno porte de forma a garantir o necessário para seu próprio sustento. As pesquisas de Julita Scarano revelam que alguns senhores costumavam empregar seus escravos nos trabalhos públicos para desobrigar-se da alimentação dos mesmos. A autora constata que partir dos anos 1760-70 houve uma política de valorização da agricultura através do financiamento da Fazenda



Real para a criação de hortas e pomares (p.73). Este dado mereceria maiores comentários, pois o controle do abastecimento criou condições à estruturação da rede urbana. Deve-se ter em conta que uma das principais razões para o encarecimento dos produtos foi a sobrecarga na cobrança de tributos sobre as mercadorias que entravam e circulavam na capitania.

Nos capítulos dedicados à questão da alimentação, a autora esclarece certas distinções entre os termos alimento e comida. O primeiro refere-se ao estritamente necessário à sobrevivência do indivíduo, e o segundo ao universo dos costumes e tradições de preparo e as formas de degustação. Mas, em relação aos costumes das populações africanas no Brasil, a análise dá margem a um juízo de valor, dificultando a compreensão do fenômeno social. Nesse sentido, creio não ser possível contrastar o consumo de alimentos de forma coletivizada das populações negras (em gamelas comunitárias) com a individualização do consumo alimentar na Europa no século XVIII, onde estava em plena difusão o uso de pratos e talheres individuais (p. 46). Esta comparação demandaria informações mais apuradas sobre os hábitos das populações trabalhadoras na Europa. Nos trabalhos de Lévi-Strauss há pistas sugestivas sobre a complexa “etiqueta” que envolve os momentos de alimentação coletiva e que, de forma alguma, pode ser reduzida à utilização de utensílios especializados³.

Com olhar atento, Scarano chama a atenção para a refração ideológica do pacto colonial, notando a detração da aguardente

produzida localmente e a hipervalorização da aguardente do Reino. A primeira era alvo de crítica das autoridades, encarada como prejudicial e causadora de malefícios. Já a aguardente do Reino era considerada energética e restauradora, utilizada no tratamento dos doentes (p. 48). Um aspecto inusitado da pesquisa é revelar o tratamento oferecido aos doentes. Estes receberiam um cardápio alimentar mais consistente patrocinado pelas irmandades e santas casas de misericórdia. A partir das listas de mantimentos requeridas às autoridades locais pelas irmandades, são inferidas certas peculiaridades culturais, caso da rejeição do ovo de galinha pelo paladar das populações africanas e ameríndias. Lembrando o papel das negras de tabuleiro, em geral mulheres forras, mas perseguidas pelas autoridades locais por comercializarem produtos alimentícios, argumenta que elas seriam responsáveis por uma oferta de alimentos mais próxima ao padrão africano (p. 66). A relação entre alimentação e transmissão de valores culturais sinaliza um amplo campo de estudos, no qual a autora, de certa forma, procurou se arriscar.

A tese da “decadência” econômica da região na segunda metade do século XVIII, resultado do esgotamento das jazidas minerais, costura a interpretação de fenômenos sociais tais como o expressivo índice de alforrias, o quilombismo, a presença das mulheres no comércio de abastecimento. A historiografia recente tem

³ Refiro-me à obra de Lévi-Strauss: *Mythologiques III. L'origine des manières de table*. Paris, Plon, 1968.



criticado a interpretação sobre a decadência da economia mineira com a crise da exploração do ouro de aluvião. Pesquisas têm demonstrado que não houve atrofia da economia da capitania mineira, mas um deslocamento da economia, após a década de 1760, para as atividades agropastoris, que se tornam o eixo dinâmico da economia na capitania. A ruralização da economia mineira marca a inversão das rotas de abastecimento no mercado interno colonial. Se no princípio do século a capitania demandava produtos vindos de outros lugares (Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro), a partir da segunda metade ela passa a exportar produtos para o Rio de Janeiro, capital do Vice-Reinado e futura sede da corte lisboeta. Essa reacomodação da economia mineira permite compreender o crescimento demográfico na região e explica o fato de Minas figurar como a maior capitania escravista do país em 1819⁴.

A percepção de uma ambigüidade estrutural vivida pelas camadas dirigentes na Colônia é tomada como elemento de explicação dos conflitos entre o poder metropolitano e os interesses locais. Assim, a rigidez do fiscalismo da Coroa na região teria levado à “desobediência civil” (p. 21) dos colonos e à aproximação de senhores e escravos, ainda que conjunturalmente. Frequentemente os senhores forçavam a libertação de seus escravos criminosos e acusavam a população livre e forra dos crimes cometidos. Como o escravo era propriedade do senhor, o controle sobre a violência e a justiça permanecia

na esfera privada. A legislação emitida pela **Metrópole** era incorporada conforme as conveniências das elites locais, como ficou demonstrado nas **transgressões às leis** que definiam o vestuário **segundo a condição social** (p. 100).

Por abarcar um século de transformações **sociais na sociedade mineira**, o estudo da “gente de cor” sugere um certo grau de generalização na **apreensão de determinadas categorias**. Observa-se a **indiferenciação** entre categorias fenotípicas e **sócio-econômicas**, dificuldade que, de forma geral, **atravessa as análises das relações sociais na sociedade brasileira**. Na documentação colonial a **classificação variou conforme o período e a região**. Diferentes variáveis, tais como origem étnica, pigmentação da pele, grau de aculturação (ladino ou boçal) e condição jurídica (livre, forro, coartado ou cativo), serviam para nomear e registrar as populações negras. E do ponto de vista da autoridade, um africano alforriado poderia ser classificado como *crioulo* por ser liberto. Efeito curioso da mestiçagem que embaralhava as classificações, misturando os sentidos! *Africano, crioulo, mulato, cabra* ou *pardo* eram termos utilizados costumeiramente na documentação. Neste sentido, a utilização do conceito “gentes de cor” não expressa a complexidade da estrutura social em questão. Finalizando, não deixa de ser sugestivo que os dados do último recenseamento do IBGE demonstrem um leque de 126 opções para a percepção da pigmentação da pele entre brasileiros.

⁴Nestes comentários incorporo as análises de Douglas Cole Libby, *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo, Brasiliense, 1988.